



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

### 27/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### **13º salário, FGTS e férias de quem faz horas extras ficam maiores**

O 13º salário, o recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), as férias e o aviso prévio dos trabalhadores que fazem horas extras habituais ficará maior a partir de agora.

Na última segunda-feira (20), o TST (Tribunal Superior do Trabalho) fixou entendimento de que o efeito das horas extras frequentes sobre o descanso semanal remunerado passa a incidir também no cálculo dessas verbas trabalhistas.

O quanto isso poderá aumentar o custo da folha de pagamento dependerá do volume de horas extras habituais feitas pelo funcionários a cada mês, dizem advogados. Para esse julgamento do TST, os ministros consideraram apenas as horas extra jornada consideradas frequentes, ou seja, as habituais.

O relator da reanálise do caso do TST, ministro Amaury Rodrigues, disse, no julgamento, que a mudança responde a uma questão aritmética.

Segundo ele, as horas extras habituais e as diferenças no descanso semanal remunerado são parcelas autônomas que compõem a remuneração do trabalhador e, por isso, ambas devem ser consideradas na apuração de 13º, FGTS, aviso prévio e férias.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 27 de março**

#### **Rumos da aposentadoria especial do INSS podem mudar em breve**

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) poderão definir em breve sobre a constitucionalidade dos dispositivos da reforma da Previdência que determinam a aplicação de idade mínima na aposentadoria especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O tema está sendo julgado pelo Plenário Virtual e o ministro relator do caso, Luís Roberto Barroso votou pela constitucionalidade da aplicação da idade mínima no benefício especial do INSS. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 6309 foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), que defende a inconstitucionalidade das regras da reforma que instituíram a idade mínima na aposentadoria especial, de pontuação mínima durante o período de transição e o fim da conversão de tempo especial em comum.

João Badari, especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados. Aponta que as regras atuais da aposentadoria especial prejudicam o segurado e também os cofres da União. "A regra atual foi um retrocesso social. E o Estado também é prejudicado, pois terá que arcar com as despesas de idosos que chegarão ao final de sua carreira profissional com uma série de reflexos graves em sua saúde física e mental. Portanto, a nossa torcida e apelo é para que o Supremo considere inconstitucional estes dispositivos da reforma e corrija esse erro legislativo cometido com os trabalhadores expostos aos riscos e atividades insalubres e perigosas. A Corte Superior poderá mudar o futuro de milhões de trabalhadores", conclui.

**Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 27 de março**

#### **Luiz Carlos Motta será relator de PL que proíbe a dispensa do empregado que concorre a vaga de membro do Conselho Fiscal de sindicato ou associação profissional**

Nesta quarta-feira (23), na Câmara dos Deputados, foi designado o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) para relatar a matéria do Projeto de Lei 6706/2009 (PL 5552/2019 apensado), que proíbe a dispensa do empregado que concorre a vaga de membro do Conselho Fiscal de sindicato ou associação profissional, na Comissão de Trabalho (CTRAB).

No PL 6706/2009, o senador Paulo Paim (PT-RS) dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e outras providências.

Vale ressaltar que ainda não foi apresentado o parecer.

**Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 27 de março**

## **Boletim aponta que 80,4% dos reajustes superam inflação em fevereiro**

Em fevereiro, 80,4% dos reajustes salariais ficaram acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). É o que informa o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), divulgado nesta sexta-feira (24), em São Paulo. Em fevereiro de 2022, essa mesma proporção era de 23,9%.

Em 10,6% das negociações do segundo mês do ano, o reajuste ficou igual à inflação. Em 8,9% dos acordos, os trabalhadores tiveram perdas reais no salário. O piso mediano ficou em R\$ 1.391,00.

A prévia de março aponta na mesma direção: 88,5% dos reajustes devem ficar acima do INPC. Até o fechamento do boletim, 52 instrumentos foram tabulados. A Fipe destaca que esses resultados preliminares estão sujeitos a flutuações amostrais e podem se alterar.

O acompanhamento das negociações coletivas é feito por meio de acordos e convenções registrados no Mediador do Ministério da Economia.

A Fipe coleta os dados e informações disponíveis no sistema, tabula e organiza os valores observados para 40 resultados da negociação coletiva.

**Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 27 de março**

## **Juro de 13,75% não tem cabimento e impede brasileiros de comprar, diz Luiza Trajano**

A presidente do conselho de administração do Magazine Luiza, a empresária Luiza Trajano, se juntou a uma série de empresários que manifestaram preocupação com o nível elevado da taxa básica de juros.

Na semana passada, antes da reunião do Banco Central, ela afirmou à Rádio CBN não entender por que a taxa básica saiu de 2% para mais de 13% ao ano diante da queda no consumo e disse esperar uma sinalização do BC de que a Selic vá cair em breve.

O Copom (Comitê de Política Monetária), no entanto, não deu esse sinal, e ainda afirmou na quarta-feira que os juros podem subir novamente, se necessário.

Na sexta-feira (24), durante evento sobre o setor de varejo, ela afirmou não ser possível deixar a taxa no nível em que está. "Um país como nosso vive de renda e de crédito, a renda vem do emprego e o emprego vem da venda. O crédito com 13,75% não tem cabimento, ninguém pode comprar produto a prazo", criticou.

A decisão do Copom já havia sido alvo de manifestações de preocupação de vários empresários na noite de quarta, como mostrou a coluna Painel S.A. Entre eles, Ricardo Lacerda (BR Partners), Flavio Rocha (Riachuelo), Laercio Cosentino (Totvs) e Alexandre Ostrowiecki (Multilaser).

Na segunda-feira (20), às vésperas do Copom, um seminário do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) virou palco para críticas à política monetária por parte de economistas, empresários e políticos.

O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes da Silva, chegou a dizer que as taxas de juros no Brasil são "pornográficas" e incompatíveis com a situação fiscal do país.

Em nota divulgada na quarta-feira, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirmou que a decisão do Copom foi equivocada.

A entidade afirmou que o comitê do Banco Central deveria ter iniciado o processo de redução da Selic nesta semana, e disse esperar que esse processo se inicie na próxima reunião do comitê, marcada para os dias 2 e 3 de maio.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 25 de março**